

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO

Autor (1) Ana Lara Diniz Fontes; Co-autor (1) Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna (2) Bárbara Ellen Tavares Grangeiro; Co-autor (3) Felipe Salviano Ramos; Orientador (4) Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna

Faculdade Santa Maria

Analaradiniz@hotmail.com

Resumo do artigo: O artigo tem o objetivo de mostrar a relevância da inclusão educacional de crianças com deficiência e como se dá o processo de inclusão na escola pública regular de ensino. A pesquisa foi realizada com uma gestora de uma Escola Municipal do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando como o instrumento uma entrevista estruturada com seis perguntas de cunho subjetivo, a metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa. A discussão dos resultados foi realizada por meio de análise de conteúdo descritivo, relacionando o diálogo da gestora com aportes teóricos estudados sobre o tema. Com a análise dos dados pode-se perceber que na realidade as escolas não estão preparadas para receber e oferecer de forma adequada um ensino de qualidade para as crianças com deficiência. Nas leis as coisas estão bem estruturadas, mostra a importância da acessibilidade, mas viu-se que as escolas não têm uma estrutura adequada, os professores não estão capacitados para lidar com uma nova forma de ensino, no entanto a boa vontade dos profissionais e as mudanças acontecidas na escola, já é um grande passo para a inclusão. Partindo desse pressuposto, o intuito desse trabalho é mostrar a importância da inclusão de crianças com deficiência na escola. O crescimento gerado pela interação com outras pessoas e com o tempo e a inserção no mercado de trabalho dando-lhe mais independência. Os benefícios gerados por essa inclusão é muito importante para o desenvolvimento dessa criança, mas é preciso que se tenha o desempenho de todos para tornar a escola um ambiente acessível para as mesmas.

Palavras-chaves: Crianças com deficiência; Ensino de qualidade; Inclusão.

“Quebra de seção contínua”

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com deficiência, é um tema importante que vem ganhando espaço nos campos de discussão, a partir da relevância que se tem, de que essas crianças sejam recebidas e suas necessidades também sejam atendidas, visando proporcionar um melhor desenvolvimento educacional. Esta proposta ganhou força, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 90, com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca, que, entre outros aspectos propõe que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares.



Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é mostrar a relevância da inclusão educacional de crianças com deficiências, e como se dá esse processo de inclusão na escola pública regular de ensino. Através de uma revisão bibliográfica podemos verificar algumas ações que são cruciais para a efetivação da política nacional de educação bem como algumas dificuldades inerentes para adoção de práticas inclusivas que frequentemente reduzem-se a simples ações integradoras.

A pesquisa foi realizada com uma gestora de uma Escola Pública do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando como o instrumento uma entrevista estruturada com seis perguntas de cunho subjetivo. A discussão dos resultados foi realizada por meio de análise de conteúdo descritivo, relacionando o diálogo da gestora com aportes teóricos estudados sobre o tema.

Para Jurdi, (2006) essa chance de acesso a escolarização para as crianças com deficiência, trazem benefícios enormes, até muito recentemente, apenas uma pequena parte dessa população de crianças com algum tipo de deficiência tinha acesso as escolas, e ainda assim, quando tinham, isso ocorria por meio das classes especiais, ou escolas de ensino especializado, mostrando assim que a ligação entre deficiência e o ensino especializado aparecia como um conceito em que uma pessoa que é deficiente teria a conveniência e necessidade de um atendimento especializado, onde ainda hoje esse pensamento permanece em evidência nas práticas de muitas escolas, o que gera exclusão dentro da própria escola.

O Conselho Nacional de Educação, ressalta que o princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (BRASIL, 2001).

Segundo Silveira, Neves (2006) a inclusão escolar deveria acontecer tanto no que se refere a mudanças físicas quanto as concepções que a escola tem, sendo a maior e de principal importância, a formação que os professores recebem, desde níveis teóricos e práticos até níveis pessoais, visto que em grande parte, não é habitual essas práticas que conduzam a uma estimulação, criatividade, competência e autonomia da criança com deficiência.

Se mostra essencial essa mudança nas escolas, com o intuito de promover novos olhares acerca de deficiência, não é suficiente que a escola apenas receba um aluno, colocando-o em sala de aula, apenas quanto espaço físico, é necessário mais, é preciso que a escola possa oferecer meios

de atendimento pra esses alunos, visto que esses alunos têm mais que o direito a educação, tem também o direito oportunidades educacionais, portanto as escolas têm de estar apta a perceber e cuidar das diferenças individuais de todos os alunos. (JURDI, AMIRILIAN,2006)

A IMPORTÂNCIA DOS PROFESSORES E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ESCOLA

Na atualidade percebe-se ainda professores que são despreparados para lidar com a realidade de um aluno com deficiência, e isso acontece ainda, devido à falta de uma rede de apoio em que ele possa desenvolver então seu trabalho com maior qualidade. Se faz importante essa rede de apoio, e que ela seja composta por uma equipe multidisciplinar, envolvendo além dos professores na área de educação, profissionais de saúde que possam oferecer um apoio direto ou indireto tanto ao professor, quanto a família, comunidade escolar e também a criança. (BRIANT, OLIVER 2012)

Segundo Briant; Oliver (2012), a equipe multidisciplinar é fundamental no apoio para a construção de novas ações que possibilitem uma execução e fortalecimento de uma dinâmica que possa enxergar e valorizar a diversidade e individualidade de cada um. A partir então de estratégias utilizadas pelos professores na escola e em sala de aula, há a possibilidade de desenvolvimento nesse processo da inclusão escolar de crianças com deficiência.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (2002), o programa educação para todos, que se trata de um movimento nacional que busca a inclusão de todas as crianças na escola, e isso, gera uma nova fase e expectativas para os alunos com necessidades especiais. Esses movimentos mostram ainda que para que haja a inclusão bem sucedida de alunos com necessidades especiais, necessitam de um sistema educacional que seja diferente do que é oferecido atualmente. Onde se deve buscar a inserção de todos, sem qualquer distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais entre outras, e requer ainda que os sistemas educacionais sejam planejados para dar suporte a toda a diversidade de alunos, e ofereçam ainda um suporte adequado a necessidade individual de cada aluno.

SOCIALIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E METODOLOGIA: UM DISCURSO INTEGRADOR.

BRASIL (2000) , [Lei Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE \(2000\).](#) estabelece normas e critérios básicos para a promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo preciso a remoção de barreiras ou obstáculos em espaços públicos, mobiliário



urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e educação, essa mesma lei, trás que afim de possibilitar o acesso a pessoa com deficiência física, as escolas têm de eliminar quaisquer barreiras em sua estrutura física, mesmo que a escola tenha , ou não alunos matriculados na escola no momento.

Para Batista; Enumo (2004), a integração de pessoas com deficiência vem norteando a educação especial, de forma a direcionar programas e políticas educacionais para isso, a integração prega como princípio que toda e qualquer pessoa com deficiência tem o direito de ter condições de vida que sejam o mais “normal” possível, dentro da sociedade em que vivem, sendo que normalizar não se refere a tornar normal, mas sim garantir as pessoas com deficiência que elas tenham garantido o direito de ter suas necessidades vistas e reconhecidas pela sociedade, que devem atender a isso.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA 2002, p. 23).

O Processo de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular permite as elas a oportunidade de uma interação de forma espontânea, que ela viva situações diferenciadas em seu dia-a-dia, isso ao mesmo tempo em que elas possam adquirir conhecimento e se desenvolverem, tendo isso ainda, um efeito na aquisição das habilidades sociais da criança, como também em sua vida diária e sua comunicação. (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999, apud ENUMO,2005)

Uma forma de atender a diversidade em sala de aula e promover a inclusão, entre outras propostas, é elaborar propostas pedagógicas que sejam baseadas a partir da interação dos alunos, reconhecendo todos os tipos de capacidades que estão presentes na escola, adequar os conteúdos a partir dos ritmos de aprendizagem de cada educando, fazer uso de metodologias que sejam as mais variadas e motivadoras, além de avaliar os alunos em uma abordagem processual que seja emancipadora, a partir do seu progresso e do que ele ainda pode conquistar. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2002)

METODOLOGIA:

A pesquisa foi realizada com uma Gestora da rede municipal de ensino do Estado do Rio Grande do Norte da cidade José da Penha, utilizamos como abordagem a pesquisa qualitativa:



A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista estruturada com seis perguntas de cunho subjetivo. A discussão dos resultados foi realizada por meio da pesquisa descritiva, relacionando o diálogo da profissional com aportes teóricos estudados sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DOS DADOS.

Os dados foram analisados qualitativamente de forma descritiva e apresentados em texto com base na literatura pertinente ao tema abordado. Sendo assim, a partir de orientações metodológicas, e com base nas informações colhidas, os dados foram analisados partindo de estudos publicados e referenciados.

Pesquisadores: O que você entende por inclusão escolar?

Gestora: A inclusão escolar, da oportunidade a todo indivíduo seja qual for a deficiência o direito a educação de qualidade, porém a inclusão escolar na minha concepção está longe de acontecer as leis propõe serviços e direitos, mas o sistema não dá condições da escola colocar em prática, não é somente abrir as portas da escola e sim da aparato, e nós como profissionais diante das precárias condições temos que oferecer o melhor, alguma coisa já mudou, mas os passos são longos, a escola já aderiu a muitas mudanças e com a ajuda da família as coisas fluem melhor.

A colocação da gestora é condizente com o autor Filgueira (2014) quando o assunto é educação, apenas entre 20% a 30% as crianças com deficiências são matriculadas na escola, sendo a baixa frequência escolar delas a consequência da grave falta de transportes, da escassez de professores treinados, de equipamentos, mobília, material didático e acesso a infraestrutura de ensino adequado. Além dessas barreiras visíveis, os impedimentos à educação inclusiva de qualidade também decorrem dos obstáculos impostos pelas restrições baseadas em imposições e sentimentos pessoais aparentes (“barreiras atitudinais”)

Com essa colocação é perceptível que as leis propõem ações efetivas nas escolas, porém não dão condições adequadas para um serviço de qualidade, seja na preparação dos profissionais, no espaço físico e na disponibilização de materiais metodológicos.

Quando questionamos sobre “Quais são os tipos de deficiência existente na escola” a diretora relatou que :” Na escola existe uma diversidade de deficiências como autismo, síndrome de dwal, criança com esquizofrenia, distúrbio mental, falta do dedos das mãos, ao todo são seis crianças matriculadas com diferentes tipos de deficiências. De acordo com as leis propostas pelo conselho Nacional de Educação, ressalta que o princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (BRASIL, 2001).

Percebemos através da entrevista que apesar das dificuldades, a escola está dando passos concretos para a inclusão, recebendo e acolhendo essas crianças isso de fato já é uma evolução diante das condições encontradas.

Diante do questionamento sobre “Os professores são preparados para lidar com as diversas necessidades dos alunos matriculados” a diretora respondeu que: “Não, os conhecimentos são poucos, os professores deveriam procurar se especializar, a falta de interesse é visível, e também a secretaria de educação não investe na capacitação dos profissionais”. Concordando assim com Briant (2012) onde fala que a realidade que encontra-se na prática, ainda é diferente, onde encontramos professores que são despreparados para lidar com a realidade de um aluno com deficiência, e isso acontece ainda, devido a falta de uma rede de apoio em que ele possa desenvolver seu trabalho com maior qualidade. Se faz importante essa rede de apoio, e que ela seja composta por uma equipe multidisciplinar, envolvendo além dos professores na área de educação, profissionais de saúde e da assistência que possam oferecer um apoio direto ou indireto tanto ao professor, quanto a família, comunidade escolar e também a criança.

Pesquisadores: A escola tem suporte para receber essas crianças?

Gestora: Não 100%, recebemos como a lei manda, temos que acolher essas crianças e incluir na escola, e vejo esse fato como algo positivo pois meche com a escola, com a gestão e com os professores, apesar que os professores só procuram conhecer as deficiências e métodos para trabalhar com a criança depois que chega até a escola, ou seja não se preparam com



antecedência. De início tem aquele impacto será se vamos da conta? Se vai prejudicar a rotina da escola, e os resultados são positivos.

Diante da entrevista com a gestora, percebemos que, os professores só procuram conhecer e aprofundar diante da deficiência ou transtorno quando o problema já está na escola, porém os profissionais da escola não fogem de suas responsabilidades, recebem, acolhem na sala de aula, procurando informações e recursos para a inclusão do aluno.

Jurdi (2006) completa afirmando que é essencial essa mudança nas escolas, com o intuito de promover novos olhares acerca de deficiência, não é suficiente que a escola apenas receba um aluno, colocando-o em sala de aula, apenas quanto espaço físico, é necessário mais, é preciso que a escola possa oferecer meios de atendimento para esses alunos, visto que esses alunos têm mais que o direito a educação, tem também o direito a oportunidades educacionais, portanto as escolas tem de estar apta a perceber e cuidar das diferenças individuais de todos os alunos.

Pesquisadores: Como é a metodologia para trabalhar com as crianças com deficiências?

Gestora: Tentamos incluir na sala de aula com os mesmos conteúdos, porém precisamos de uma atenção especial para esses alunos, uma assistência focada, procuramos metodologias que chame atenção dele de forma lúdica, e promovendo a interação e socialização dos alunos. Os alunos com deficiências possuem um acompanhante para auxiliar nas atividades, esses acompanhantes que trabalham na escola foram conquistados através dos pais dos alunos com muita luta e insistência.

O Ministério da Educação e Cultura, (2002) afirma que uma forma de atender a diversidade em sala de aula e promover a inclusão, entre outras propostas, é elaborar propostas pedagógicas que sejam baseadas a partir da interação dos alunos, reconhecendo todos os tipos de capacidades que estão presentes na escola, adequar os conteúdos a partir dos ritmos de aprendizagem de cada educando, fazer uso de metodologias que sejam as mais variadas e motivadoras, além de avaliar os alunos em uma abordagem processual que seja emancipadora, a partir do seu progresso e do que ele ainda pode conquistar.

E por fim questionamos: “Em relação ao espaço físico, acha que a escola tem acessibilidade?” a gestora respondeu: “Ainda não, a escola não tem acessibilidade física, a estrutura é antiga, as portas são estreitas, os banheiros não são acessíveis” contradizendo a lei. [Lei Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO BRASIL \(2000\)](#). estabelece normas e critérios básicos para a



promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo preciso a remoção de barreiras ou obstáculos em espaços públicos, mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e educação, essa mesma lei, trás que afim de possibilitar o acesso a pessoa com deficiência física, as escolas tem de eliminar quaisquer barreiras em sua estrutura física, mesmo que a escola tenha , ou não alunos matriculados na escola no momento.

Ou seja, nem tudo o que está na lei é seguido corretamente, por falta de investimento ou informação, os parâmetros estão longe de ser seguidos. Diante disso, percebemos que a escola municipal Pequeno Mario da cidade de José da Penha- RN, realiza o processo de inclusão educacional, porém é necessário mudanças e investimentos para uma promoção de uma educação inclusiva de qualidade. E quando falamos de mudanças e investimentos, não é somente na estrutura física, mas sim nas barreiras atitudinais e metodológicas, portanto, através dessas mudanças será feito um trabalho humanizado, que visa a potencialidades e subjetividade do alunado.

CONCLUSÃO

O direito ao ensino de qualidade é inerente a toda criança, pois é dever do estado promover e assegurar escola pública com estrutura e professores qualificados para promover a inclusão de crianças com deficiência seja ela qual for. Na legislação toda criança tem direito ao acesso escolar gratuito e com qualidade de ensino, mas quando parte para a realidade, depara-se com uma prática totalmente desvinculada da lei , uma vez que se vê crianças com deficiências fora do âmbito escolar por falta dos diversos tipos de acessibilidade.

Na Cidade onde ocorreu a pesquisa foi verificado que não têm estruturas adequadas para receber essas crianças, faltam professores qualificados para proporcionar um ensino de qualidade e não ficar restrito apenas ao pintar como se tais crianças não tivessem capacidades suficiente para progredir. Não somente as escolas precisam ser adequadas, mas também proporcionar aos professores uma formação continuada capaz de capacita-los e torna-los aptos a receber esse público tão diversificado em suas salas de aulas.

Portanto, a inclusão de crianças com deficiência nas escolas nos dias atuais, gera um grande crescimento não somente para elas, mas para a escola como um todo, desde da equipe de profissionais como a comunidade escolar, pois são crianças que oferecem um grande ensinamento de vida a cada dia.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Marcos Welby.; ENUMO, Sonia Regina Fiorim. **Inclusão escolar e Deficiência Mental:** análise da interação social entre companheiros. Estudos de Psicologia, Natal, v. 9, n.1, p. 101-111, 2004.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 18, n. 1, p. 141-154, Mar. 2012.

BRASIL. Lei nº. 10.048, de 08 de Novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica. Resolução CNE/CEB, n.2, 11 set, 2001.

ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. **Rev. bras. educ. espec.** Marília, v. 11, n. 3, p. 335-354, Dec. 2005.

FILGUEIRA, **Introdução à psicologia e pessoas com deficiência:** A construção de um novo relacionamento. 2ª edição revista, Emílio Filgueira, São Paulo, 2014

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, p- 34, 1997.

JURDI, Andréa Perosa Saigh; AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo de Moraes. **A inclusão escolar de alunos com deficiência mental:** uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 23, n. 2, p. 191-202, June 2006.

Ministério da Educação e Cultura. (2002). Parâmetros Curriculares Nacionais-Adaptações Curriculares, Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Brasília: MEC/SEE.**

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-86, Apr. 2006.